



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

B)15.

REUNIÃO N.º 20/2023 PROPOSTA N.º 36/2023/DEB/DIGEPE
Realizada em 06/09/2023 DELIBERAÇÃO N.º 917/2023
ASSUNTO: PROTOCOLO TRIPARTIDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
– EB SANTA MARIA DA GRAÇA

Considerando que:

- O novo regime redefinido nas áreas de intervenção e âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão de Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho;
- O facto de os agrupamentos de escolas serem unidades organizacionais, dotadas de órgãos próprios de administração e gestão e que os respetivos diretores representam os órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o disposto nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho;
- O novo quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, estabelecido pelo artigo 11.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual;
- A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por: Votos Contra; Abstenções; 11 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA

- e) É da competência dos órgãos municipais, no que se refere à rede pública apoiar o desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no ensino básico, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 3º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e artigo 39º do Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;
- f) Nos termos da mesma Lei, o referido apoio deve revestir a forma de protocolo de colaboração, a celebrar com as instituições públicas, particulares e cooperativas, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes;
- g) Designa-se por Componente de Apoio à Família (CAF) o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva;
- h) A Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família e da componente de apoio à família;
- i) Compete à família e/ou encarregado de educação o acompanhamento das crianças fora do horário letivo e das atividades de enriquecimento curricular;
- j) Para muitos pais e encarregados de educação este acompanhamento é difícil, uma vez que os seus horários laborais são incompatíveis com os horários escolares, existindo ainda a necessidade de cobertura nas interrupções letivas;
- k) Urge adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e garantir que esses tempos sejam pedagogicamente ricos com espaço para a brincadeira livre.

Entre o Município de Setúbal, o Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de São Gabriel, pretende-se celebrar um protocolo de colaboração de forma a concretizar a colaboração que tem como objetivo exclusivo a oferta de atividades de apoio à família no 1º Ciclo do Ensino Básico.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por: _____ Votos Contra; _____ Abstencões; _____ Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Proponho:

1 – Que seja aprovado o Protocolo de Colaboração no âmbito da Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico entre o Município de Setúbal, o Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de São Gabriel, que tem como objetivo exclusivo a oferta das atividades de animação e apoio à família na componente de apoio à família no 1º ciclo do ensino básico na Escola Básica de Santa Maria da Graça, em anexo.

2 – Que seja aprovada em minuta a parte da ata referente a esta deliberação, para imediata produção de efeitos, de acordo com o n.º 3 do Art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por : _____ Votos Contra; _____ Abstencões; _____ Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1º
CICLO DO ENSINO BÁSICO NA ESCOLA BÁSICA DE SANTA MARIA DA GRAÇA**

Considerando que:

- a. O novo regime redefinido nas áreas de intervenção e âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão de Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho;
- b. O facto de os agrupamentos de escolas serem unidades organizacionais, dotadas de órgãos próprios de administração e gestão e que os respetivos diretores representam os órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o disposto nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho;
- c. O novo quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, estabelecido pelo artigo 11.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual;
- d. A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;
- e. É da competência dos órgãos municipais, no que se refere à rede pública apoiar o desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no ensino básico, nos termos do disposto no nº 3, do art.º 3º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e artigo 39º do Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;
- f. Nos termos da mesma Lei, o referido apoio deve revestir a forma de protocolo de colaboração, a celebrar com as instituições públicas, particulares e cooperativas, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes;
- g. Designa-se por Componente de Apoio à Família (CAF) o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva;
- h. A Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do



ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família e da componente de apoio à família;

- i. Compete à família e/ou encarregado de educação o acompanhamento das crianças fora do horário letivo e das atividades de enriquecimento curricular;
- j. Para muitos pais e encarregados de educação este acompanhamento é difícil, uma vez que os seus horários laborais são incompatíveis com os horários escolares, existindo ainda a necessidade de cobertura nas interrupções letivas;
- k. Urge adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e garantir que esses tempos sejam pedagogicamente ricos com espaço para a brincadeira livre.

Entre o município de Setúbal, o Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de São Gabriel é celebrado um protocolo de colaboração de forma a concretizar a colaboração que tem como objetivo exclusivo a oferta de atividades de apoio à família no 1º Ciclo do Ensino Básico.

A.

O **Município de Setúbal**, adiante designado por Primeiro Outorgante, com sede na Praça do Bocage, pessoa coletiva nº 501294104, representado neste ato pelo presidente da respetiva Câmara Municipal, André Valente Martins, na qualidade de 1º Outorgante.

B.

O **Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage**, adiante designado por Segundo Outorgante, com sede na Avenida de Angola, 2900-052 Setúbal, pessoa coletiva n.º 600079848, representado neste ato pelo Diretor, António Carlos Correia Caetano, na qualidade de 2º Outorgante.

C.

A **Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB de São Gabriel**, adiante designada por Terceiro Outorgante, com sede na Escola de S. Gabriel - Praceta Jorge Afonso, Bairro S. Gabriel 2900-042 Setúbal, pessoa coletiva n.º 503 769 800, representada neste ato pela presidente, Ricardo José da Silva Almeida, na qualidade de 3ª Outorgante.

Celebram o presente protocolo de colaboração de acordo com o estabelecido nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto



O presente protocolo visa regular as condições de cedência e de funcionamento da Componente de Apoio à Família na Escola Básica de Santa Maria da Graça, fora do horário letivo e das atividades de enriquecimento curricular.

Cláusula 2ª

Âmbito e Objetivo

No âmbito das competências do Município, no que se refere à rede pública, de apoiar o desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no ensino básico, o presente protocolo define os termos e as condições em que se vai desenvolver a colaboração entre o Município de Setúbal, o Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de São Gabriel.

Cláusula 3ª

Horários de Funcionamento

1. As atividades integram a Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico e realizam-se em monobloco situado no espaço exterior da Escola Básica de Santa Maria da Graça, do Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage.
2. As atividades a que se refere o número anterior são desenvolvidas ao longo de 11 meses, com início a 1 de setembro e término no final do mês de julho. Considera-se assim sempre excluído do período de funcionamento do ATL o mês de agosto, os dias de feriado nacional, o feriado municipal, a véspera de Natal e a véspera de Ano Novo.
3. Excecionalmente poderão ser desenvolvidas atividades na primeira quinzena de agosto, caso se verifique a necessidade das famílias e mediante comunicação à Câmara Municipal de Setúbal e Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage até ao dia 30 de abril de cada ano, garantindo-se, para cada aluno, um período de ausência de 22 dias úteis, seguidos ou interpolados, nos quais se inclui a 2ª quinzena do mês de agosto.
4. O espaço é cedido de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 19h30, para o desenvolvimento das atividades de apoio à família.
5. A Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico destina-se aos alunos matriculados e admitidos na Escola Básica de Santa Maria da Graça.

Cláusula 4ª

Parcerias

Com vista à gestão e desenvolvimento das atividades da Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico pode, qualquer das entidades outorgantes, estabelecer parcerias com outras entidades de reconhecida idoneidade, devendo para tal obter aprovação das partes intervenientes no presente protocolo.

Cláusula 5ª



Obrigações do Primeiro Outorgante

O Município de Setúbal compromete-se a:

1. Ceder a utilização das instalações e equipamentos existentes, nomeadamente, monobloco, campo de jogos e restante equipamento exterior;
2. Ceder o espaço de refeitório da escola para o almoço durante o período das interrupções letivas, nas condições previamente acordadas entre os outorgantes;
3. Suportar as despesas correntes da Escola Básica de Santa Maria da Graça decorrentes da utilização do edifício, designadamente água e eletricidade;
4. Acompanhar periodicamente o desenvolvimento da componente de apoio à família podendo para o efeito efetuar visitas ao local onde decorrem as atividades, bem como solicitar informações ou esclarecimentos que entenda como necessários no que respeita a equipamentos e instalações.

Cláusula 6ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage compromete-se a:

1. Estabelecer o horário de funcionamento de acordo com as necessidades das famílias, salvaguardando o bem-estar dos alunos e tendo em conta o Regulamento Interno do Agrupamento;
2. Informar sobre a disponibilidade dos espaços da escola para a realização da Componente de Apoio à Família antes e/ou depois das atividades curriculares e de enriquecimento e/ou durante os períodos de interrupção das atividades letivas;
3. Acompanhar periodicamente o desenvolvimento das atividades podendo para o efeito efetuar visitas ao local onde decorrem, bem como solicitar informações ou esclarecimentos que entenda como necessários no que respeita ao serviço, ao pessoal e às instalações.

Cláusula 7ª

Obrigações do Terceiro Outorgante

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de São Gabriel compromete-se a:

1. Assegurar o funcionamento da Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do Ensino Básico todos os dias úteis, inclusive nas interrupções letivas;
2. Caso seja identificada a necessidade de abertura na 1ª quinzena de agosto, garantir que anualmente as crianças inscritas nas atividades da interrupção letiva do verão, no âmbito da Componente de Apoio à Família, tenham usufruído um período de férias, seguido ou interpolado, que em adição aos dias de interrupção da 2ª quinzena de agosto, perfaçam um total de 22 dias úteis de ausência no ano letivo;



3. Respeitar as regras de segurança previstas na lei ou em qualquer ordenamento legal aplicável aos espaços onde se desenvolvem as atividades da Componente de Apoio à Família;
4. Colocar pessoal detentor de competências educativas que garanta as atividades no âmbito do protocolo;
5. Assegurar a limpeza dos espaços utilizados para o desenvolvimento das atividades;
6. Zelar pela conservação das instalações, equipamento e material didático;
7. Assegurar o acompanhamento constante das crianças, zelando pela ordem e disciplina no período abrangido pela frequência nas atividades da Componente de Apoio à família;
8. Prestar apoio aos alunos mais carenciados, nomeadamente através da frequência gratuita da Componente de Apoio à Família, sempre que solicitado pela escola/agrupamento e de acordo com as possibilidades existentes;
9. Colaborar com a escola na concretização do Plano Anual de Atividades;
10. Apresentar à autarquia e ao agrupamento de escolas o plano de atividades e o relatório de atividades no final de cada ano letivo;
11. Não proceder à modificação ou alteração da construção existente e zelar pela sua conservação, garantindo que as instalações se encontrem no melhor estado;
12. Não utilizar as instalações para fins diferentes do estabelecido no presente protocolo, nem fazer uso imprudente, sob pena de rescisão imediata do protocolo;
13. Requerer autorização do primeiro e segundo outorgantes sempre que, pontualmente, pretenda utilizar as instalações para fim diferente daquele a que se destina;
14. Respeitar o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage.

Cláusula 8ª

Regime de Vigência e Denúncia

1. O presente Acordo é válido para o ano letivo de 2023/24, podendo ser prorrogado por iguais períodos, caso não seja denunciado pelas partes, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias (sessenta dias).
2. Quaisquer alterações efetuadas ao presente protocolo devem ser acordadas pelas partes intervenientes e constar de Aditamentos.

Feito em triplicado, aos 13 dias do mês de setembro de dois mil vinte e três, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

O 1º Outorgante



André Valente Martins
Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

O 2º Outorgante

António Carlos Correia Caetano
Diretor do Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage

O 3º Outorgante

Ricardo José da Silva Almeida
Presidente Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB de São Gabriel

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.